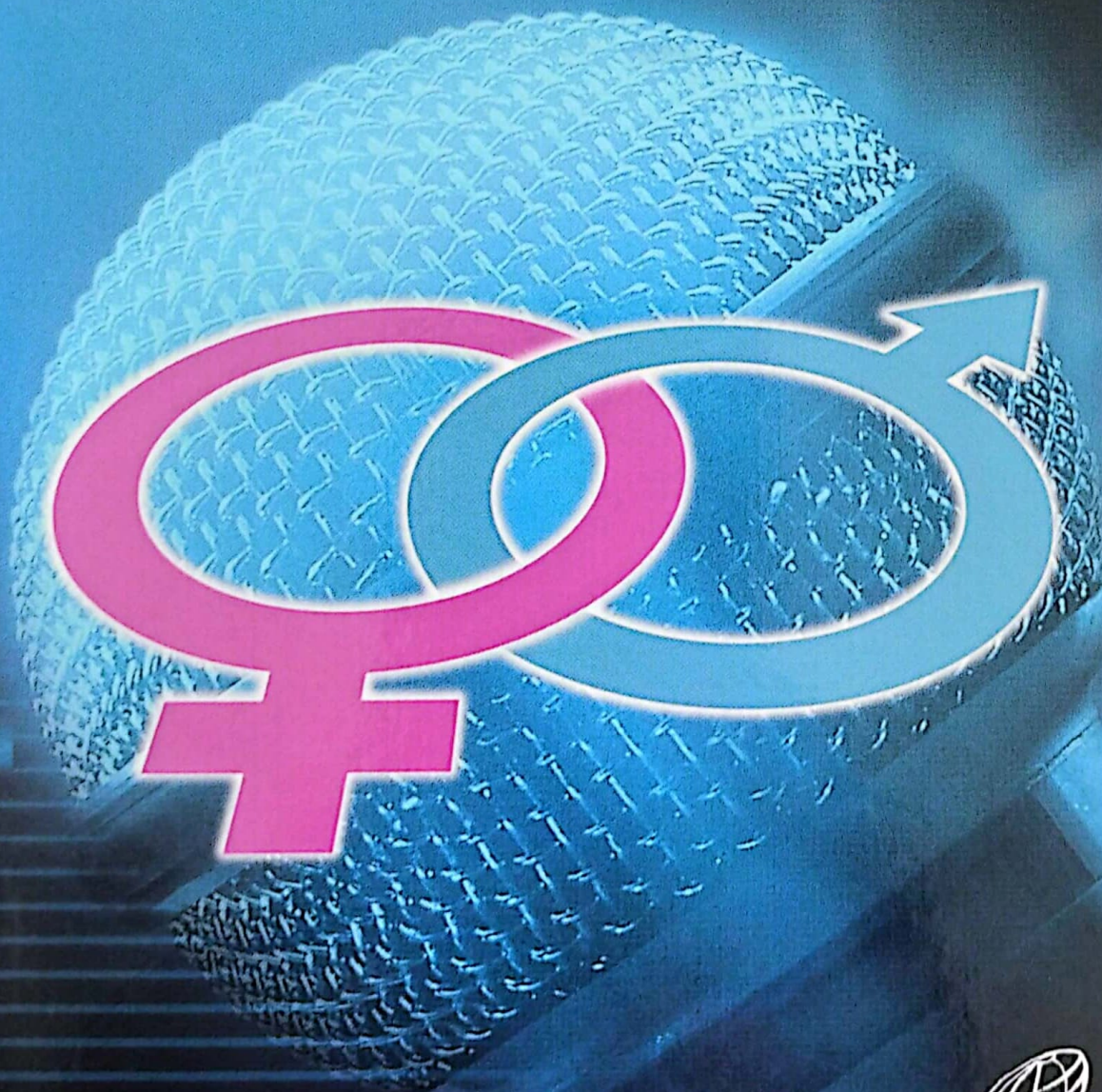


COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM PRÁTICAS RADIOFÔNICAS

HELENA CORAZZA, fsp



sepac

 Paulinas

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Corazza, Helena, fsp.

COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM PRÁTICAS RADIOFÔNICAS/
Helena Corazza, fsp. – São Paulo: Paulinas, 2000. – (Coleção: Comunicação e Estudos)

ISBN: 85-356-0652-1

1. Estações de rádio – Brasil – Aspectos religiosos – Igreja Católica
2. Homem–mulher: relacionamento 3. Mulheres no rádio – Brasil
4. Rádio – Audiências – Brasil 5. Rádio – Receptores e recepção
I. Título. II. Série.

00-2762

CDD - 302.23440981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Rádio: Relações de Gênero: Comunicação: Sociologia 302.23440981
2. Brasil: Relações de Gênero no rádio: Comunicação: Sociologia 302.23440981

Direção geral: *Maria Bernadete Boff*
Coordenação editorial: *Noemi Dariva*
Revisão de texto: *Rosa Maria Aires da Cunha*
Gerente de produção: *Felício Calegari Neto*
Direção de arte: *Irma Cipriani*
Capa: *Adriana Chiquetto*

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Paulinas

Rua Pedro de Toledo, 164
04039-020 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (0XX11) 5085.5199 – Fax: (0XX11) 5085.5198
<http://www.paulinas.org.br> / editora@paulinas.org.br
Telemarketing: 0800-157412

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo, São Paulo, 2000

CAPÍTULO IV

*Algumas tendências
teóricas sobre mulher
e relações de gênero*

Uma revisão da literatura disponível sobre relações de gênero possibilita também rever as tendências explicativas que permeiam o estudo em questão, especialmente no caso brasileiro.

As pesquisas sobre a mulher, no âmbito acadêmico brasileiro, ocuparam grande espaço na década de 70, e tiveram seu apogeu na década de 80, quando o tema alcançou maior visibilidade e evidência. Um relato da “trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero no grupo de trabalho sobre mulher e política”, nas Ciências Sociais, mostra três linhas predominantes, em torno das quais se agruparam os estudos teóricos a respeito das “questões da mulher” no Brasil. Num primeiro momento (1980/85), os estudos estiveram mais voltados à mulher e sua “participação e representação política nas esferas macro de poder”. A seguir (1985/87), a pesquisa voltou-se para a mulher como sujeito e sua identidade no cotidiano. E, no final da década de 80 (1987/89), a incorporação de feminino e masculino e o início da incorporação da categoria de gênero (Bandeira/Oliveira, 1991, p. 55).

É nesse contexto acadêmico das Ciências Sociais, bem como de estudos de literatura e crítica literária, que se postula a primazia dos estudos de gênero sobre os estudos da mulher, de modo que o conceito de “gênero” supera o conceito de sexo, dada sua dimensão mais relacional (Machado, 1992, p. 26). Dessa forma, a temática de gênero passou a organizar-se no âmbito das universidades e em núcleos de pesquisa, de modo que, no Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudo sobre Relações Sociais de Gênero, em março de 1991, na Universidade de São Paulo, reuniram-se vinte núcleos de diversas universidades, já organizados para estudos sobre o tema, e iniciaram-se intercâmbios a respeito do tema (Costa e Blay, 1992).

Os núcleos de estudo de gênero das universidades, por sua vez, produziram reflexões teóricas e publicações sobre as

relações de gênero, como é o caso do grupo *Pagu* Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp (Campinas-SP) e do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da USP, além de núcleos do Paraná e de outras regiões.

Na década de 80, os conceitos mais utilizados foram “sexismo”, “machismo”, “patriarcado”, mas, na década de 90, os estudos de gênero são incorporados e sobrepõem-se aos estudos sobre papéis sexuais. (O termo “sexismo” está mais ligado a uma discriminação criada a partir das diferenças biológicas e dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.)

Muitos dos problemas discutidos há mais de três décadas, segundo Scavone, continuam os mesmos até hoje, apenas com roupagens mais modernas. Dentre os problemas, “um dos mais evidentes, que vem junto com estas mudanças da sociedade, é que as abordagens teóricas e conceituais sobre as desigualdades sexuais também se modificaram e se complexificaram (...) a situação social das mulheres começou a ser pensada mais relacionalmente, isto é, como relações sociais de sexo ou como relações sociais de gênero” (Scavone, 1994, p. 12).

Entre os primeiros estudos no campo da Sociologia, encontra-se a preocupação teórica de situar a mulher na sociedade de classes perante o mundo do trabalho, especificamente o capitalismo, com a divisão de classes sociais. Um desses estudos clássicos é o de Saffioti, que analisa como o fator “sexo” opera nas sociedades de classe e, ao mesmo tempo, as “pretensas deficiências do organismo e da personalidade feminina” (Saffioti, 1976, p. 15).

Ao introduzir as questões de gênero na academia, seminários e grupos de trabalho, sob diversos ângulos, foram sistematizados em publicações que reúnem saberes interdisciplinares no Brasil, nas áreas de educação, trabalho, saúde reprodutiva, violência e gênero, identidade feminina, participação e representação política e direitos humanos. Temáticas

abrangentes e complexas revelam diferentes posições, trazendo à tona a discriminação social e cultural a que está submetida a mulher brasileira (Saffioti e Vargas, 1994).

A partir da introdução das questões de gênero, as teóricas feministas aprofundam a interdisciplinaridade dos estudos em diferentes perspectivas, que incluem a mulher como sujeito político e as implicações da adoção da categoria “gênero” nos estudos. As pesquisas também têm em conta as articulações com categorias já adotadas anteriormente, como classe social, que marca novas perspectivas na construção do conhecimento (Costa e Bruschini, 1992). A interdisciplinaridade compreende a área da educação, discutindo as práticas educativas e tentando uma superação das desigualdades de gênero para que este espaço não seja de reprodução dos valores patriarcais (Louro, 1998, p. 110).

Em relação à comunicação, nos fins dos anos 60 e 70, os estudos acadêmicos estiveram mais voltados ao conteúdo e à análise de meios impressos, como revistas femininas, fotonovelas, embasando sua análise na ideologia e na cultura. Assim, o primeiro estudo conhecido sobre a opressão feminina é de Michele Mattelart, produzido dentro de um contexto de denúncia do imperialismo transnacional (Mattelart, 1977). Nessa primeira fase, os estudos baseiam-se na subordinação da mulher ao masculino, procurando perceber os valores dominantes e o reforço dos estereótipos femininos em relação à mulher.

Entre as pesquisas existentes no Brasil, podem ser identificadas as que trabalharam a representação da mulher na imprensa feminina. A primeira preocupação foi identificar a representação da mulher mediante a análise dos conteúdos veiculados, sobretudo, na imprensa feminina brasileira. Os mitos e símbolos que fazem parte do universo feminino e suas reproduções alimentam o imaginário da mulher e em *Mulher de papel*, a representação da mulher na imprensa feminina

brasileira (Buitoni, 1981). Essas pesquisas não só denunciam, mas também trabalham a representação da mulher como Imagem de Mãe na imprensa especializada, sobretudo, nas revistas femininas (Mascaro, 1982).

Essa fase caracteriza-se por um olhar centrado no emissor (o veículo) e na mensagem (o conteúdo). É um momento em que a mulher é vista em si mesma, no contexto cultural de sua época, em suas diferenciadas imagens sustentadas pelos mitos: a mãe sofredora, a dona de casa insatisfeita, os ideais de beleza etc.

Em se tratando dos estudos da comunicação na América Latina, Creel (1996, p. 37-50) sinaliza a demora para que o conceito de gênero fosse incorporado ao saber, na academia, e tenha passado a gozar de certo prestígio. Nas discussões da temática entre os estudos brasileiros, percebe-se certa preocupação em adotar, sobretudo, a categoria de gênero, e a atenção para que esse termo não exclua outras categorias, como as de classe social e raça, já incorporadas nos estudos anteriores. Essa demora pode estar ligada a um risco que Mattelart aponta quando fala da realidade pluridimensional da opressão que inclui: gênero, minorias étnicas e classes. Há possibilidades “de que se relativize a dominação que se exerce sobre as mulheres” (Mattelart, 1997).

Segundo Greel, em um artigo que sintetiza a trajetória dos estudos sobre mulher e comunicação na América Latina, as pesquisas sobre o tema iniciaram-se no final da década de 60 e adotaram um referencial marxista, cujas categorias de análise permitiram compreender, sobretudo, a exploração e a subordinação da mulher. Daí, resultou a compreensão de uma tríplice subordinação feminina: o Terceiro Mundo, a classe social e o gênero. Esses primeiros estudos centrados na ideologia permitiram conhecer, sistematizar e analisar a especificidade da problemática no contexto do sistema social e econômico.

Um trabalho clássico na linha de estudos da mulher na cultura de massa foi realizado por Ecléa Bosi, abordando o universo de operárias, numa fábrica de São Paulo, e da “leitura” que elas faziam dos produtos culturais. A preocupação da autora girou em torno da comunicação de massa, sua incidência na vida das operárias e na perspectiva da recepção a partir da cultura das classes pobres (Bosi, 1974).

Na área de rádio não foram encontrados trabalhos publicados, no âmbito de estudos de gênero, entretanto, um estudo sobre a Era de Ouro da Rádio Nacional, um símbolo da radiodifusão brasileira, sobretudo nas décadas de 40 e 50, faz uma análise ideológica da produção radiofônica de maior penetração no Brasil. Uma pesquisa que trabalha com referenciais da cultura, sobretudo em Gramsci, e que a autora caracteriza como uma busca do significado político-ideológico mais amplo, baseado na função ocupada pela emissora no conjunto das práticas sociais do período (Goldfeder, 1980). A década de 80 também registra outros estudos que analisam a comunicação de massa e a ideologia no discurso radiofônico popular sobre as populações marginais que vivem em ambiente urbano, por meio de programas radiofônicos de grande audiência (Lopes, 1988).

Estudos na área de rádio envolvendo o tema “mulher” são mais freqüentes em dissertações de mestrado, mas ainda não são disponíveis no mercado por falta de publicação. Entre eles, destaca-se a análise da incidência que este veículo exerce sobre mulheres da área rural, no cotidiano de quarenta trabalhadoras rurais de dois clubes de mães de Pitanga, PR (Favorito, 1989). A busca de tornar visível a presença da mulher na história do rádio no Brasil também está no estudo da presença, ou ausência, da mulher nas grandes emissoras do Rio e São Paulo, nos anos 1923 e 1943, e sua pouca visibilidade, pelo fato de não serem citadas (Tesser, 1994).

O tema “mulher e relações de gênero” teve expansão e interesse também nos movimentos sociais, nas Igrejas, nos grupos populares e de mulheres e nas ONGs. Uma das tentativas de trabalho, tendo em vista aspectos diferenciados da mulher e rádio, com debates e seminários baseados em rádios populares é a ALER — Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica. Resultado desse trabalho, olhando para as mulheres como produtoras institucionais e receptoras do rádio, discute questões de gênero, linguagem e educação da mulher, além do relato de experiências com rádios populares (Mata, 1995). Trata-se de uma coletânea de artigos de pesquisadoras latino-americanas que apontam para a questão de gênero e recepção do rádio. No âmbito popular, a *Rede de Mulheres no Rádio* vem divulgando publicações na área de produção, tendo em vista as relações de gênero no rádio.

Algumas produções na área religiosa: mulher e relações de gênero

Na bibliografia produzida pela Igreja católica, no que foi possível verificar, não existem estudos ligados à mulher e comunicação ou comunicação e relações de gênero. Toda a produção teórica católica vinculada ao tema “mulher” está situada na área da Teologia bíblica, histórica e espiritualidade, e poucas produções trabalham na linha de gênero.

A reflexão teórica no meio religioso tem sido trabalhada, em muitos casos, no plano ecumênico, incluindo diversas denominações religiosas. A primeira reunião continental nesse sentido aconteceu em Buenos Aires, em 1985, com a participação de 28 mulheres teólogas debatendo “grandes temas”. Dentro das temáticas tratadas, estava a identidade da mulher com base em uma leitura integrada: linguagem bíblica, teológica e antropológica (Santiso, 1995, p. 92).

As pesquisas sobre mulher na área teológica têm acompanhado as discussões acadêmicas, com maior força na década de 80, sendo, algumas delas, realizadas na perspectiva ideológica, até pela necessidade da denúncia e da tomada de consciência da discriminação que a mulher vem sofrendo na sociedade e na Igreja.

Segundo a teóloga Tepedino, um dos questionamentos centrais na formação teológica e nos grupos de mulheres é “a visão androcêntrica e patriarcal da Bíblia e das igrejas, desvelando o ‘rosto feminino da Teologia’ e construindo um discurso teológico feminista na América Latina” (Bidegain, 1996, p. 197). Entretanto, ainda hoje, são muitas as discussões em torno das diferentes terminologias adotadas nos estudos sobre a mulher, feminina, feminista e na perspectiva da mulher, algumas delas carregando uma conotação negativa. Ao assumir a palavra feminista em seus estudos, Tepedino justifica que essa expressão “simboliza a ruptura que queremos estabelecer e porque propõe uma nova maneira de ser e viver a realidade” (idem, p. 204).

A fase em que predominam pesquisas na linha ideológica coincide com a Teologia da Libertação (1970/80), na qual se adota o referencial marxista de análise. É quando as mulheres começam a pesquisar sobre as raízes da opressão e ausência nas origens cristãs e, diante da consciência de que a história da mulher foi apagada e de que esta deve ser de mulheres e homens, propõem um novo olhar. Segundo Fiorenza, “a teologia cristã feminista e a interpretação bíblica estão no processo de redescobrimto de que o evangelho cristão não pode ser proclamado se não se recordarem as discípulas mulheres e o que elas fizeram” (Fiorenza, 1992, p. 10).

Mesmo diante de tantos trabalhos e tentativas em favor da libertação, uma crítica que se levanta é a de que a Teologia da Libertação na América Latina, ainda que tenha discutido ques-

tões de exclusão, empobrecimento e marginalização dos pobres, em pouco contribuiu para a efetiva libertação da mulher.

Algumas tentativas foram feitas por Elsa Tamez, que iniciou um diálogo com os teólogos da libertação católicos e protestantes. Ela reconhece que esses são passos tímidos, uma tentativa de incorporar os homens nesta luta e mostrar a consciência que eles têm em relação à mulher, “do esforço para refletir, alguns deles pela primeira vez, a partir do ângulo daquela que é discriminada pelo sexo, ângulo certamente distante, mas que precisa ser assumido” (Tamez, 1989, p. 9).

Por sua vez, a teóloga católica Ivone Gebara é ainda mais incisiva quando afirma que “a Teologia da Libertação, sem dúvida, incluiu as mulheres entre os pobres, sociologicamente falando, mas não enfatizou em nada a opressão específica das mulheres”, e acrescenta que “se pode afirmar que a Teologia da Libertação não introduziu nada de novo para modificar a milenária submissão das mulheres aos homens, tanto em nível doméstico quanto em nível público e eclesial” (Gebara, 1998, pp. 6-9).

A tendência dos estudos católicos tem sido mostrar a realidade das mulheres em relação à própria Igreja. São as constatações e esforços que também Brunelli faz de um texto publicado pelo Vaticano sobre a vida religiosa, no qual não aparece o termo “gênero”, mas fala-se sobre a mulher, os movimentos de mulheres, o feminino, a vida feminina consagrada e ela conclui: “o alvo a ser atacado é o padrão dominante de gênero e as relações que daí resultam. Por isso, é fundamental que também os homens adquiram a consciência de gênero e entrem nessa luta” (Brunelli, 1996, pp. 53-68).

O panorama indicado reforça a necessidade de se trabalhar não só a questão da mulher na Igreja católica, mas também a das relações de gênero nas práticas radiofônicas nesse contexto religioso.

Os estudos de gênero são incipientes nas diversas áreas. Tanto na área acadêmica, nos movimentos sociais, quanto na área religiosa, grande parte desses estudos não ultrapassa o limite da denúncia da dominação do homem sobre a mulher. Poucos passos foram dados além dessa constatação e poucas foram as análises das práticas sociais, estimulando-as de forma propositiva.

A necessidade da denúncia de uma cultura dominante é tão forte no imaginário das pessoas, sobretudo no das mulheres, e as mudanças tão lentas que, ao adotar relações de gênero como categoria de análise, pode parecer uma fuga ao enfrentamento do problema, que inclui uma realidade pluridimensional de opressão ainda não equacionada que abarca gênero, etnia e classes sociais. Há atenção e tensão constantes, sobretudo para as pesquisadoras, para não se correr o risco de relativizar-se a dominação que ainda existe sobre as mulheres.

Entretanto, a mulher não está isolada de um contexto no qual a opressão acontece nas relações sociais, nas relações homem-mulher, que foram construídas em uma cultura com bases nas instituições familiares, reforçadas pela sociedade e normatizadas pela Igreja.

As diferentes tendências teóricas de estudos nas Ciências Sociais dão suporte para que se busquem outras tendências explicativas de análise na área da comunicação. A procura de um novo olhar, que inclua os estudos de gênero como categoria de análise nas práticas radiofônicas da Igreja católica, é o que buscaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO VII

*Elementos de comparação
entre as Rádios
Nazaré FM e Clube AM*

A relação homem-mulher, perpassada por relações de poder, veste-se de coloridos distintos em cada região do País e em cada emissora enfocada. Tanto no Norte quanto no Sul, com maior ou menor visibilidade, pode-se afirmar que há uma percepção crescente de que a entrada da mulher no mercado de trabalho qualifica as relações entre os gêneros.

Ainda que, de modo geral, as relações de gênero sejam secundárias aos objetivos religiosos, a mulher demonstra sua habilidade negociadora de sentidos quando se encontra na liderança e mesmo como ouvinte.

Projetos distintos em relação à cultura e ao gênero

A Rádio Nazaré FM é educativa e seu processo de implantação envolveu a comunidade, integrando-se à cultura local. Como emissora da Arquidiocese, ela articula as bases e as atividades pastorais, de modo a tornar-se um centro de comunicação e de articulação de toda a ação da Igreja local.

O fato de ter uma mulher na direção da emissora, com uma visão mais ampla e a capacidade negociadora de poder com as autoridades da própria Igreja, ao mesmo tempo que atende aos objetivos da evangelização dentro da estrutura eclesial, implanta um projeto que contempla as relações de gênero, tendo em conta relações igualitárias entre homens e mulheres e a distribuição do poder. Aqui o carisma da comunicação e o trabalho profissional se uniram em uma experiência que enriquece ouvintes e produtores.

A Rádio Clube AM, presente no mercado comercial competitivo, a primeira do Paraná e uma das mais antigas do País, carrega um peso de tradição e prestígio, sedimentados no padrão masculino de rádio. Ali as restrições à maior visibilidade da mulher fazem parte de uma cultura que se sustenta no argumento da competência e da experiência, para garantir sua fatia de mercado. Apesar dessas restrições, são mulheres que levam adiante a área de maior credibilidade e prestígio da emissora, como é o jornalismo, mais ligado à objetividade e à razão, qualidades tidas como masculinas.

Como rádio católica, a Clube coloca-se como “apoiadora das ações da Igreja”, uma relação diferenciada da Nazaré, que articula as pastorais. Nesse sentido, além de ter alguns programas religiosos já estabelecidos, a Clube trabalha-os profis-

sionalmente como notícias, na programação normal e não apenas transmite os eventos religiosos.

Tanto na Clube quanto na Nazaré, a mulher profissional de rádio diz que não se sente discriminada. De forma diferente, rendem-se ao discurso da competência e do mercado, pois ao homem dificilmente é exigida esta competência, conforme a coordenadora de jornalismo da Clube:

“Eu nunca senti discriminação por ser mulher dentro da profissão. Eu gosto do que eu faço, procuro fazer um bom trabalho e sinto resultado. Nunca senti discriminação nem salarial, não vejo discriminação. A mulher se posiciona bem hoje no mercado de trabalho. Há tantas empresas onde a chefia é de mulheres, as coordenações, e isso eu encaro como uma coisa normal”.

O que é confirmado por Vera Sampaio, da Rádio Nazaré: “Se sou discriminada, não percebi”. A apresentadora entende que não entrou na emissora pelo fato de ser mulher, mas porque “a Igreja de Belém hoje sente uma dificuldade de reunir determinadas características em uma pessoa só. Tem pessoas que poderiam estar fazendo o que eu faço melhor. Mas acho que há características que temos, por exemplo: sou católica praticante, tenho o carisma da comunicação”.

A cultura é outro ponto diferencial. No Norte, aparece com grande evidência a sensibilidade à cultura local, às raízes. Os ouvintes demonstram com facilidade esses elementos. Há uma integração da cultura com o religioso, o que é uma preocupação sentida e cuidada pelas lideranças da Igreja. No Sul, a cultura é tida como um elemento adquirido e preservá-la não aparece como necessidade. Ciente de sua abrangência, a emissora está menos preocupada com a cultura local e tem um envolvimento maior com um projeto global, que seja percebido pelo ouvinte.

A relação do ouvinte com a temática de gênero

Tanto no Norte quanto no Sul, o ouvinte de rádio não está familiarizado com a discussão do tema “relações de gênero e poder”. Por mais que o ouvinte tenha o que dizer, a mulher em relação ao homem e o homem em relação à mulher, ambos questionam as mudanças que ocorrem na sociedade e na Igreja e permanecem na linha do ataque. Observa-se que, quando a mulher está em evidência na *media*, como é o caso da Rádio Nazaré, os homens se expressam com admiração e até louvor em relação a ela. Entretanto, quando ela não conseguiu esse destaque, como é o caso da Rádio Clube, o homem cobra esse desempenho como se isso dependesse apenas dela.

Com raras exceções, os homens se questionam sobre os motivos dessa situação da mulher e como podem contribuir para modificá-la. Não aparece, em nenhum momento por parte dos homens, a necessidade de dividir responsabilidades dentro de casa ou na comunidade. Algumas mulheres citam exemplos de divisão de trabalhos entre os casais mais jovens. Há, portanto, poucos sinais indicativos de uma auto-avaliação, sobretudo dos homens em relação às mulheres.

O que sobressai na mulher ouvinte, na Rádio Nazaré, é a ligação com o rádio para preencher uma carência pessoal, a auto-estima e a valorização já descrita, sobretudo no programa *Mutirão Esperança*. Na Rádio Clube, a mulher é maioria entre os ouvintes mas com características diferenciadas, não tendo um espaço de identificação por causa de sua ausência. A mulher ouvinte faz do rádio um espaço mediador para atender às necessidades de pessoas mais carentes em relação às favelas e a pessoas doentes, sobressaindo sua sensibilidade na dimensão social.

O ouvinte da Nazaré também se sente participante e envolvido com a emissora. Preocupa-se com a manutenção da emissora, faz doação de prêmios para o sorteio a outros ouvintes, constituindo um mutirão de solidariedade. Já na Clube, a relação do ouvinte com a emissora restringe-se à área de serviços, no sentido da informação e da credibilidade em diferentes áreas, como saúde, cidadania e até mesmo na área religiosa. Há uma consciência de que a emissora presta um serviço profissional à comunidade, até mesmo quando se trata da área de divulgação de eventos religiosos.

Mulheres e homens em relação: cultura e poder

As diferenças percebidas entre os sexos são parte constitutiva das relações sociais entre os gêneros. Homens e mulheres se vêem e vêem o outro em relação a si mesmos, ou seja, numa relação entre os gêneros, que Scott define como o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Tendo em conta que as relações de gênero são construções culturais, que dependem da socialização e não da constituição biológica, observa-se que muitas das percepções colhidas das entrevistas revelam um reforço dos padrões culturais existentes.

Os homens se vêem numa atitude mais fria, no exercício do poder, conforme expressa Jair, 26: “o homem geralmente ele é duro mesmo, quando vai numa linha não quer saber mais (...) escolhe um caminho só”. Essa expressão revela como ele mesmo introjeta, a respeito de si mesmo, a idéia de alguém que age mais ligado à razão e com base no modo como foi socializado.

Alguns depoimentos de mulheres a respeito do homem, como coloca Marta de Belém, 32, confirmam essa mesma visão: “O homem é mais frio”. Ou a de Janice, 32, falando a respeito do poder: “O poder é mais do homem... ainda está

na mão do homem... algumas exceções”. As mulheres também vêem o homem como mais preocupado consigo mesmo, como expressa Marta de Souza, 35: “O homem é egoísta, só pensa mais em si”.

Em Belém, onde a mulher está em maior evidência no exercício do poder, observa-se que o homem vê que ela exerce o poder de forma mais participativa, que estabelece mais relações e humaniza mais. Diversos testemunhos mostram que o homem constata que a mulher coloca o ser humano acima das obrigações e das normas. Uma atitude mais ligada às emoções, em que o coração fala mais alto.

Os padrões culturais que os homens introjetam colocam a mulher como “sexo frágil”, e por isso não é capaz de riscos, destinada a trabalhos leves, se refletem em momentos de discussão sobre profissões que, tradicionalmente, pertenceram ao homem, como comandar um batalhão de incêndio, e com sucesso. O medo do preconceito da sociedade, que coloca em jogo a força, a supremacia do homem sobre a mulher e a virilidade masculina, aparece em relatos em que o homem estranha que a mulher esteja assumindo profissões tidas como predominantes do homem.

Em relação ao trabalho na Rádio Nazaré, um dos argumentos da diretora é que, mesmo que o número de mulheres seja menor que o dos homens e que a mulher se sinta, em alguns campos, menos preparada, essa presença é significativa, pois “nossa maneira de pensar tem uma influência muito grande sobre a maneira de pensar dos homens, nesse sentido de cultura, da produção do saber, da reflexão”.

Há, igualmente, uma percepção de que a mulher desempenha bem o que faz, conforme observa Diogo, 34, vigia, referindo-se à profissão de guarda de trânsito: “Por mais que ela esteja multando a pessoa, ela faz de um modo diferente. A mulher tem um modo de fazer melhor”. Há um reconhecimento

to de que a mulher desempenha bem o que faz, realizando de maneira diferenciada.

Em Curitiba, onde a mulher está em menor evidência na liderança, o homem não poupa críticas quanto a sua submissão, conforme depoimento de Célio, 19: “Foi colocado que o homem manda e a mulher obedece. Acho que elas são um pouco subjugadas pelos homens”. Ou o depoimento de Júlio, 62, que não aceita apenas a justificativa da questão da cultura: “Quem faz mais preconceito é a própria mulher se retraindo. A cultura pesa mas ela deve buscar espaço”.

Mesmo com as características que a mulher levanta em relação a si mesma, em grupo elas se identificam com esse olhar que também a mulher introjeta sobre si mesma e podem ser vistas tanto como um grito de reconhecimento pela opressão que sofre, quanto pelas qualidades reais que cultivou, fruto da própria socialização e que reforçam a situação dos papéis sociais que lhe são atribuídos.

Em Belém, colhem-se muitas expressões de como a mulher se vê, conforme alguns depoimentos que seguem:

“A mulher cultiva relações mais humanas, ela participa mais, tem consciência do coletivo” (Serena).

“Capacidade de se expor, expressa mais sentimento” (Cilene).

“Critério de justiça maior.”

“Mais acolhedoras” (Teca).

“A saúde está na mão da mulher” (Eunice).

“A mulher tem esse lado mais sensível, mais meigo de tratar certos assuntos que a parte masculina não tem” (Jurema).

Em Curitiba, as mulheres falam menos de si. Entre os depoimentos colhidos, encontra-se o de Cleusa, 26, que acentua a presença da mulher na família: “na família elas passam

uma coisa diferente, elas têm vida”. Ou o de Josefa, 45, que diz que “a mulher tem mais sentimento, se expressa melhor”.

Uma observação a essas características é que a cultura milenar, contra a qual as mulheres atualmente se levantam, está sendo repetida, tanto no que os homens falam das mulheres quanto no que as mulheres falam de si mesmas e deles. A tendência é reproduzir padrões já estabelecidos em relação a mulher e ao homem, que foram construídos culturalmente. Ainda que mantidos pela cultura, homens e mulheres pouco citam atributos que podem ser de ambos os sexos.

Outro aspecto é que as relações entre os gêneros, conforme Scott, não dizem respeito apenas à divisão de papéis sociais, mas são uma construção cultural, e essas relações são marcadas pelo poder. Nesse sentido, elas não se limitam a sair ou ficar no espaço doméstico, nem à inversão de papéis, mas trata-se de criar uma relação de igual valor e respeito para ambos.

Essa divisão dos papéis sociais está sendo questionada atualmente, não só pelos estudos feministas, mas pelas mudanças que vão ocorrendo na sociedade que, até por necessidade de sobrevivência, vão modificando, “borrando as fronteiras” dessas divisões que já não são tão delimitadas. Para que, conforme Badinter, um projeto possibilite a expressão “das duas partes da personalidade” e se torne possível, a mulher e o homem precisam caminhar muito na negociação.

Considerações finais

O caminho percorrido, analisando a comunicação e as relações de gênero em práticas radiofônicas da Igreja católica no Brasil, apresentou indicativos de que há um novo discurso em construção, identificado por homens e mulheres, de que a entrada da mulher no mercado de trabalho está mudando as relações sociais entre os gêneros e, ainda

que num processo contraditório e desfavorável, esse avanço é inegável.

Dentro do universo desta pesquisa, algumas pontuações ainda merecem ser especificadas em relação ao contexto da radiodifusão na Igreja católica e as relações de gênero.

Primeiro, há práticas que já demonstram mudança de paradigmas, apesar de uma organização e de uma cultura que sustenta um modelo hierárquico e não inclusivo da mulher nos quadros do poder, mantendo-a como coadjuvante da prática comunicacional. Essa mudança não faz parte do discurso normativo, mas do mundo vivido e que se mantém ainda em segundo plano como fonte de interpretação.

Essa mudança não reside apenas no modo como a mulher faz as coisas, que integra os valores da racionalidade e da emoção e para uma comunicação mais relacional, mais humanitária, que tem em conta o ser humano antes da eficiência a qualquer preço. A mudança aponta para um trabalho efetivo e eficaz no interior das emissoras, nas quais elas, mesmo em segundo plano, garantem a qualidade da programação. Uma mudança que sinaliza um modelo de gestão e de participação mais atuante e também na distribuição do poder de maneira mais igualitária. É um trabalho que estabelece no interior das emissoras a real e efetiva presença e diferença da mulher, um trabalho qualitativamente competitivo, gerando, de forma lenta, um lugar social, também lento, no quadro de reconhecimento de seu papel social.

No contexto de uma sociedade organizada na perspectiva do homem, quando uma mulher está na liderança e em evidência, isso proporciona reflexão a respeito do próprio conceito do seu papel social. E quando ela muda sua maneira de viver e de posicionar-se na sociedade, desestabiliza, de alguma forma, os padrões culturais e provoca mudanças no coti-

diano, de modo que também os homens se vêem em competição, em novas necessidades para lidar com as situações sendo modificadas.

As relações de gênero são, realmente, um campo em que as relações são vividas com base em padrões construídos culturalmente. O problema desses padrões culturais não está apenas na divisão de trabalho entre o homem e a mulher, mas também na atribuição de maior valor às atividades desempenhadas pelos homens e menor valor àquelas atribuídas às mulheres. Dessa forma, as atividades ligadas ao espaço público, à razão, têm maior prestígio do que aquelas ligadas ao espaço doméstico, à emoção e, de modo geral, atividades estas desenvolvidas pelas mulheres.

Essas práticas configuram formas de vida que já não se sustentam na sociedade atual, pois, diante da mudança das práticas, exige-se revisão na forma de socialização do ser humano, tanto dos homens quanto das mulheres. Essas mudanças requerem também uma avaliação por parte das instituições e uma reeducação, para que essas relações possam superar os primeiros estágios da resistência e do medo de perder o próprio espaço ou o poder.

Por parte da mulher, a reeducação passa pelo trabalho de acreditar em si mesma, pelo cultivo da auto-estima e pelo investimento na competência profissional. Todos esses valores se situam num universo maior, ou seja, numa proposta global do ser humano que inclui a dimensão corporal, psíquica e espiritual. O “sentir” da mulher, tido tantas vezes como pura emoção, aponta para a realidade de que o “sentir” vem primeiro e apenas os valores ligados à razão não preenchem o sentido da vida.

Mesmo respeitando as diferenças entre o homem e a mulher, qualidades atribuídas à mulher — como a humanização, a acolhida, a maior sensibilidade ao social, entre outras — de-

veriam ser incorporadas à racionalidade e a todas as atividades ligadas à eficiência. Por sua vez, aquelas atribuídas ao homem — como capacidades de ocupar o espaço público, de liderar —, se integradas às do universo feminino, poderão constituir um salto qualitativo em vista do crescimento da própria mulher e dos projetos sociais como um todo.

A integração dos valores masculinos e femininos, da razão e da emoção, poderá construir uma nova sociedade de convivência e de empreendimentos comuns em favor de causas solidárias. O mito do predomínio da razão sobre a emoção, no modelo tradicional, está superado, pois as práticas mostram que a mulher já está se posicionando com êxito em diferentes áreas da vida social. É apenas uma questão de tempo para que a mulher possa posicionar-se com maior evidência, sem ser síntese e expressão única do mundo da emoção.

Um segundo ponto a ser destacado é a inadequação, ou conflito, existente entre a hegemonia do emissor e as práticas sociais, ou seja, o mundo vivido pelos receptores. Essa inadequação fica mais evidente quando o emissor se mantém em modelos que privilegiam o discurso linear e unidirecional e incorporam, em menor escala, a interação proposta por um modelo dialógico e participativo. Esse contempla as diferenças, a subjetividade, a alteridade, a pluralidade cultural, considerando o receptor como interlocutor capaz de interagir, reelaborar e ressignificar a mensagem recebida.

Nos estudos da comunicação com base na cultura, considera-se um avanço em relação às teorias explicativas do uso instrumental e do olhar ideológico dos meios, o compreendê-la a partir das práticas sociais e que privilegiam o cotidiano. Aqui, emissores e receptores se encontram como partes de um mesmo processo. Este olhar possibilitou incluir o receptor como sujeito que interage em um processo comunicacional,

relativizando o poder dos meios. O mesmo avanço pode ser dado unindo-se os estudos da comunicação à cultura, ou seja, incluindo-se a cultura e o poder nas relações de gênero.

O terceiro ponto a ser considerado é a articulação das duas variáveis, “comunicação” e “relações de gênero”, que se efetivam em campos relacionais e trazem consigo relações de poder, sendo este assimétrico. A comunicação mediatizada privilegiou o poder do emissor, talvez pela constatação de uma assimetria existente, em que o poder dos meios tem sido normalmente maior do que o poder do receptor. Embora muito pouco se discuta a respeito do poder no cotidiano, esta pesquisa constatou o quanto são conflitivas as relações homem-mulher, exatamente pela assimetria que contém.

“Comunicação” e “relações de gênero”, vistas nas práticas radiofônicas, trazem em si uma variável que ainda precisa ser aprofundada: a da pluralidade. Se Martín-Barbero afirma que comunicação é uma questão não apenas de cultura, mas também de “culturas”, o plural é indicativo de uma nova realidade a ser reconhecida a partir de olhares, não só de diferentes pontos de vista, mas de uma realidade que parte de sujeitos plurais, em que a diferença passa a ser um constitutivo das práticas sociais.

A realidade plural traz consigo a perspectiva da visão também plural do mundo, da subjetividade, da alteridade e de uma comunicação que, para ser dialógica, precisa levar em conta as diferenças. As práticas radiofônicas incluem uma realidade não estudada aqui, a arte de ouvir que supõe postura dialógica, em que se estabelecem empatias entre duas subjetividades e que contemplam a alteridade. Todos esses requisitos são propícios à construção, não só de uma comunicação que dá novo sentido à vida, mas também de um processo de inculturação tão recomendado pela Igreja católica.

Para que haja um caminho conjunto entre homens e mulheres, um quarto ponto traz à tona a necessidade de *políticas de ação*. As mudanças culturais são lentas e necessitam de ações coletivas e organizadas, ou seja, de políticas e estratégias que favoreçam a equidade entre os gêneros para superar as condições desiguais entre o homem e a mulher, reproduzidas por uma cultura e mantidas, tantas vezes, nas estruturas das instituições. Essas políticas deveriam superar o olhar de uma discriminação isolada ou unilateral, mas incluir uma reflexão a respeito de gênero, ou seja, do homem e da mulher em relação. Uma tomada de consciência conjunta das questões culturais que envolvem homens e mulheres em processo. Políticas claras de educação que contemplem as relações entre os gêneros, iniciando pela linguagem, deveriam fazer parte dos projetos educacionais do País e, sobretudo, das instituições que trabalham em favor da promoção humana.

Estabelecer políticas que evidenciem a contribuição da mulher para uma mudança, não apenas da sua situação, como também para um trabalho em favor de um mundo mais humano. Criar redes humanas de comunicação em todos os níveis: na comunicação presencial e na comunicação mediatizada. Estabelecer políticas e estratégias de comunicação favoráveis à mulher que herda uma longa situação histórica desfavorável.

Mulheres e homens precisam ser parceiros no processo de mudança, assumindo de maneira equânime, em igualdade de condições e de poder, as realidades na sociedade e na Igreja e, sobretudo, no mundo da comunicação, apesar de ser próprio do ser humano o desejo de dominar o outro e as estruturas institucionalizadas favorecerem essa dominação.

A causa da equidade entre os gêneros é uma questão não só de ética, mas também de justiça, sobretudo para quem acredita e prega que “somos criados à imagem e semelhança

de Deus". Essa afirmação não pode ser palavra morta, mas precisa encarnar-se, ter rosto e ter nome. Por isso, também cabe às instituições religiosas de comunicação implantar políticas que superem o uso instrumental, tanto dos meios, quanto do ser humano, favorecendo a relação entre os gêneros como parte integrante dos projetos por uma sociedade mais humana e solidária.

Dessa forma, por um lado, esta pesquisa dá indicativos de que, não obstante um discurso normativo que não privilegia a mulher no campo decisório da vida social e política, mantendo-a apenas num espaço de coadjuvante, mesmo que este discurso seja um traço cultural hegemônico nas sociedades contemporâneas como na sociedade brasileira, há uma prática que mostra o lugar ascendente de ocupação, por parte da mulher, na vida social pública. Esse lugar não só vem sendo experimentado de fato, como vem sendo reconhecido, inclusive pelos homens. Esse lugar vem sendo qualificado como um lugar não apenas substitutivo do masculino e, sim, marcado pela especificidade feminina. Um lugar onde a marca do trabalho competente é o principal sinalizador qualitativo de uma mudança de relações de gênero sendo vivenciada. Assim, as práticas cotidianas vêm exercendo a mediação de um novo modo de conceber, na prática, as relações de gênero.

Se, por um lado, foi importante resgatar a presença da mulher no espaço da cultura, dos meios de comunicação, sobretudo no rádio, há também que se observar a fragilidade das instituições e o caráter transitório das orientações em que acontece essa presença reavivada da mulher.

Concluindo e tendo em conta todos os elementos aqui propostos, pode-se lançar uma nova hipótese: apesar de um discurso normativo na sociedade que não privilegia a presen-

ça da mulher, o seu lugar na *media* acaba sendo instrumento significativo de mudança e de rupturas, nesse quadro, a partir das práticas cotidianas junto a esses mesmos *media*. Dessa forma, mulher e *media* tornam-se cúmplices de uma nova estratégia de poder e da evidência mais integrada dos dois lados da personalidade, o ser humano feminino e masculino.

Talvez se possa admitir a hipótese de que o campo da comunicação vem se tornando um dos espaços sociais privilegiados não só para a presença profissional da mulher, mas também para a verificação de que ali se produz uma lenta e promissora construção da presença da mulher, qualitativamente competente e por isso mesmo capaz de competir e de conflitar, como é próprio do ser humano social e político.

O discurso normativo que não privilegia a mulher em frente ao homem provavelmente terá que ser relativizado no avanço mesmo da comunicação, aceitando-se com Vattimo que hoje se vivencia uma sociedade da comunicação mediática. Acentua-se, ainda, que se o estudo das relações de gênero envolve o estudo do poder, este tem, na atuação feminina no campo da comunicação, um novo e desafiador parâmetro para configurar o próprio significado contemporâneo de uma sociedade mediática hegemônica na vida social, ou a comunicação como novo espaço público.

O estudo da comunicação baseado na cultura, aqui realizado, ao ter em conta o receptor como sujeito de um processo comunicacional com base nas práticas sociais, portanto, tendo em conta também a sua cultura como modo de vida, traz em seu bojo um compromisso de transformação social, que, antes de tudo, respeita a alteridade e a realidade plural em que o interlocutor está inserido.

Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas da Igreja católica, no Brasil, continua sendo um desafio para a entrada no terceiro milênio da era cristã, que de-

verá possibilitar a expressão da personalidade masculina e feminina em todo o seu potencial. E já na entrada do terceiro milênio, o Verbo continuará a se fazer gente numa comunicação relacional nova entre mulheres e homens. Acreditando nessa utopia, expresso com convicção: *creio que há mulheres e homens construindo uma nova comunicação para o novo milênio!*